



Garibaldi renova esperança no São Francisco

Senador externa satisfação com notícia de que o governo federal está disposto a viabilizar transposição das águas do Rio São Francisco para o Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco.

Página 7

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.754 - Brasília, terça-feira, 5 de agosto de 2003

Novos depoimentos definem rumo dos trabalhos da CPI

- Cronograma de atividades para as próximas semanas vai ser decidido hoje, a partir das 10h, pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a evasão de divisas. Um dos requerimentos na pauta solicita a audiência do ex-governador paulista Paulo Maluf

Página 3

Jucá apóia mudança em acordo com FMI

Comissão de Assuntos Econômicos poderá discutir alterações que permitam ampliar investimentos no país, afirma Romero Jucá. Senador apóia intenção anunciada pelo governo.

Página 4

Nova regra para utilização de TV universitária

O Plenário vota hoje substitutivo da Comissão de Educação a projeto de lei que amplia o uso de canal universitário. Estão na pauta também propostas de emendas constitucionais.

Página 3



ACESSO À INFORMAÇÃO

Especialistas debateram ontem, no Conselho de Comunicação Social do Congresso, o acesso dos pobres à informação. Representantes das

empresas de telefonia fixa consideram viável a integração com operadoras de TV, mas questionam a viabilidade econômica do processo.

Página 8

Arns registra homenagem a Curitiba



Cidade traduz síntese cultural, diz Flávio Arns

O senador Flávio Arns (PT-PR) sou-rou-se a recente homenagem prestada pela Câmara dos Deputados à cidade de Curitiba, que foi escolhida como a "Capital Americana da Cultura 2003". Segundo o senador,

Curitiba recebeu a homenagem em decorrência do contínuo empenho de seu povo e de suas instituições, que têm construído na cidade infra-estrutura para todas as atividades culturais.

Definindo a cultura como "a expressão da alma de um povo", o parlamentar ressaltou que, além da beleza de sua estrutura física, Curitiba se destaca mundialmente por seu processo de humanização e tem buscado unir a luta por justiça social com o desenvolvimento cultural.

– A cultura deve ocupar lugar de destaque entre as ações que buscam construir uma cidade cada vez melhor. Poderíamos dizer com propriedade que Curitiba traduz uma síntese perfeita e harmônica das expressões culturais dos mais diversos povos da terra – afirmou.

O título de Capital Americana da Cultura é outorgado por uma entidade não-governamental internacional com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA). A idéia surgiu em 1997, tomando-se como referencial a Capital Européia da Cultura, instaurada em 1985.

Agenda

Sessão plenária discute propostas de emenda à Constituição

Transcorrerá, na sessão de hoje, às 14h30, o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, de duas propostas de emenda à Constituição (PECs). A primeira, de nº 21, de 2003, de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), retira do Congresso

a obrigatoriedade de examinar os atos do Executivo referentes à radiodifusão comunitária. A outra, de nº 34, de 1999, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento.

CPI do Banestado pode ouvir Paulo Maluf

A CPI do Banestado define, na reunião que se inicia às 10h, o cronograma dos trabalhos para as próximas semanas. Requerimentos também devem ser votados, entre eles o da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – foto – para que o ex-governador paulista Paulo Maluf seja ouvido pelo colegiado. Os trabalhos da comissão devem se encerrar no dia 10 de novembro, mas o prazo poderá ser prorrogado.



Indicado para Adene será sabatinado hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) – foto –, se reúne hoje, às 10h, para votar Mensagem nº 146/03, do Executivo, que encaminha ao Senado programação monetária relativa ao



terceiro trimestre deste ano. Em votação secreta, o colegiado também deve votar a indicação de José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos para exercer o cargo de diretor-geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Comissão examina pedido de audiência com Olívio Dutra



Presidida pelo senador José Jorge (PFL-PE) – foto –, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura tem reunião às 14h para votar, entre outros itens, requerimento

solicitando audiência pública com o Ministro das Cidades, Olívio Dutra, para discutir as políticas nacionais de investimentos em saneamento básico.

Datas comemorativas em votação

A Comissão de Educação se reúne a partir das 11h30 para votar, entre outros itens, o Projeto de Lei do Senado nº 206/03, que institui 2004 como o Ano da Soberania Nacional sobre a Amazônia Brasileira, e o Projeto de nº 211/03, instituindo a data de 5 de dezembro como o Dia Nacional da Pastoral da Criança.



Crédito suplementar

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento inicia reunião para analisar nove pedidos de abertura de crédito suplementar, no valor total de R\$ 5,3 bilhões. O colegiado também discute relatório sobre as contas do governo de FHC referentes ao exercício de 2001 – Ofício nº 01/2002.

Sarney recebe ministros

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h30, o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, e, às 12h30, o ministro Marcos Vinícios Vilaça, do Tribunal de Contas da União. À tarde, Sarney preside os trabalhos em Plenário, às 15h30. A sessão será transmitida, ao vivo, pela TV Senado.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Lúcia Vânia destaca evento de prefeitos

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) divulgou encontro de prefeitos promovido pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a ser realizado



Para Lúcia Vânia, contingenciamento afeta municípios

hoje e amanhã, no auditório do Interlegis do Senado Federal. Participarão do evento 150 prefeitos de todo o país, que irão discutir a crise enfrentada pelas prefeituras e buscar o apoio dos parlamentares às suas principais reivindicações.

Lúcia Vânia, que em junho promoveu reunião para discutir a questão municipalista com prefeitos do nordeste de Goiás e da região do Entorno do DF, afirmou que os prefeitos querem que seja reforçada a proposta da CNM para que os municípios participem antecipadamente das discussões sobre a reforma tributária e o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

INSS

Outro problema que vem preocupando os prefeitos, disse a senadora, é a negociação das dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A parlamentar já tem proposta de emenda a Constituição tramitando para permitir a renegociação dos prazos, mas, salienta, a taxa de juros é um complicador para resolver a questão.

– Temos nos posicionado a respeito de uma medida provisória como solução para a crise com o INSS – explicou Lúcia Vânia, que entende a questão das prefeituras como estrutural e não emergencial.

Na avaliação da senadora, "não há solução mágica para criar verbas". Ela entende que existe um excesso de encargos constitucionais sem a devida contrapartida de recursos.

Há dois meses, Lúcia Vânia alertou para o contingenciamento dos gastos, que reduz as ações das prefeituras, responsáveis pelos programas sociais e de desenvolvimento junto às suas comunidades.

– O que ocorre é que 63% da arrecadação ficam com a União, 24% vão para os estados e apenas 13% ficam com os municípios – lembrou ela.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Roosevelt Pinheiro

DISCUSSÃO Além do projeto que trata dos canais de TV a cabo, duas propostas de emenda à Constituição constam da ordem do dia

TVs universitárias em votação no Plenário

O canal universitário tornado disponível por operadora de TV a cabo poderá ser utilizado não apenas pelas universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação do serviço, como atualmente, mas também pelas universidades que tenham *campi* na região e pelas demais instituições de ensino superior cuja maioria dos cursos de graduação tenha obtido avaliação A, B ou C no último Exame Nacional de Cursos. Isto é o que prevê substitutivo da Comissão de Educação (CE) — de nº 108/2001 — a projeto de lei da Câmara que deverá ser votado pelo Plenário hoje.

Na mesma sessão, transcorrerá o terceiro dia de discussão, em primeiro turno, de duas propostas de emenda à Constituição (PECs): uma (nº 21, de 2003), de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), retira do Congresso a obrigatoriedade de examinar os atos do Executivo referentes à radiodifusão comunitária. A outra (nº 34, de 1999), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), cria condições orçamentárias para garantir a conclusão de obras públicas em andamento. Essa PEC recebeu substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que relaciona informações que devem constar

do projeto de lei orçamentária.

Na sessão de amanhã, além da continuação da discussão sobre as duas PECs, o Plenário deverá votar três matérias. O primeiro item é um substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2000, que dispõe sobre a divulgação, por meio da Internet, de informações relativas a licitações públicas. De acordo com o texto, todos os órgãos da administração pública, autarquias e fundações públicas ficam obrigados a divulgar “oportuna e oportunamente”, em suas páginas na Internet e/ou em páginas específicas da administração federal, estadual, distrital e municipal destinadas exclusivamente a esse fim, os dados e informações relativos às licitações em andamento e os respectivos resultados.

O segundo item a ser votado é o Projeto de Lei nº 107/2000, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que isenta de taxa de emissão de passaportes e demais documentos de viagem os maiores de 65 anos de idade. O Plenário deverá também apreciar substitutivo da Comissão de Educação a projeto de lei (nº 136, de 2002) que institui a disciplina Noções de Cidadania nos currículos dos ensinos fundamental e médio.

CPI do Banestado vota requerimentos hoje

■ Comissão pode aprovar a convocação de Paulo Maluf para depor sobre suposta evasão de divisas

Depois de realizar importantes audiências públicas durante a convocação extraordinária de julho, a CPI do Banestado define na reunião de hoje, às 10h, o cronograma dos trabalhos da comissão para as próximas semanas. Novas datas de depoimentos devem ser escolhidas e requerimentos aprovados, entre eles a sugestão da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) para que o ex-governador paulista Paulo Maluf seja ouvido na CPI.

Para Serys, o ex-governador deve ser ouvido por haver suspeitas de que ele seja responsável por evasão de divisas. Há duas semanas, Maluf foi intimado a prestar esclarecimentos às autoridades francesas acerca de grande movimentação financeira naquele país. Ele

também foi acusado por Nicéa Camargo, que foi casada com o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, de enviar recursos públicos para o exterior. Serys propõe em requerimento que Nicéa também seja convidada a falar à CPI. Os requerimentos acumulados nas últimas semanas dependem de parecer do relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP).

Entre os requerimentos, poderão ser analisadas também sugestões do procurador da República Luiz Francisco de Souza, desde que apresentadas pelos parlamentares. Ele recomendou à CPI que ouça seis pessoas dispostas a denunciar o esquema de lavagem de dinheiro, que envolve principalmente doleiros.

Segundo o procurador Luiz Francisco, tais testemunhas poderiam ter suas confissões trocadas por proteção e redução da pena. A sugestão também foi feita à comissão pelo delegado da Polícia Federal José Castilho Neto.

Durante o seu depoimento, prestado à CPI na semana pas-

sada, Luiz Francisco de Souza propôs ainda que a CPI ouça o procurador da República no Tribunal de Contas da União (TCU) Lucas Rocha Furtado, que apresentou parecer concluindo que as autorizações especiais concedidas pelo ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco (à época, diretor), para operação de contas CC-5 por cinco bancos de Foz do Iguaçu, foram um “ato antieconômico, lesivo, que facilitou evasão de divisas por meio da simulação de depósitos supostamente provenientes de Ciudad del Este”.

Também poderiam ser chamados pela CPI do Banestado estudiosos do sistema financeiro nacional, como Guilherme Delgado e Francisco Whitaker, e um representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que, disse Luiz Francisco, ajudariam a comissão a entender melhor como o esquema de lavagem de dinheiro está relacionado com o sistema financeiro internacional e influencia na pobreza nos países subdesenvolvidos.

Regimento assegura presença em sessões secretas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o Regimento Comum do Congresso Nacional, que regula os trabalhos legislativos em sessões conjuntas da Câmara e do Senado e de comissões mistas, permite a presença de qualquer parlamentar em qualquer reunião de comissões, ainda que elas ocorram em caráter secreto.

Suplicy afirmou que a decisão do presidente da CPI do Banestado, Antero Paes

de Barros (PSDB-MT), de restringir as reuniões secretas aos membros titulares e suplentes da comissão não encontra amparo no Regimento.

Suplicy não pôde participar da audiência com o procurador da República Luiz Francisco de Souza, na última quarta-feira. Ele disse que Antero se equivocou e que obteve junto à Mesa do Senado a garantia de que tinha razão.



EQUIVOCO Suplicy disse que decisão equivocada o impediu de assistir à sessão



Célio Azevedo

RELATOR Eurípedes sugere a rejeição de seis dos sete projetos sobre o FGTS

CAS decide sobre mudanças nas regras do FGTS

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizam reunião extraordinária às 10h de quinta-feira para analisar 15 projetos, sete deles tratando de novas possibilidades de uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos trabalhadores. As sete proposições, uma da Câmara e seis do Senado, tramitam em conjunto e

têm como relator o senador Eurípedes Camargo (PT-DF).

Ele já apresentou seu voto, recomendando o acolhimento do projeto da Câmara (de nº 18, de 2002), que prevê o uso do FGTS para aquisição de lote urbanizado, e a rejeição das demais proposições que tratam do uso do FGTS. Os demais projetos permitem o saque para pagamento de cirurgias,

automóveis e microcomputadores; para abertura e expansão de negócio próprio; e para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais ou de empréstimos do fundo de financiamento ao estudante universitário.

Eurípedes alerta para a necessidade de se manterem os objetivos primordiais para os saques do fundo, “não perden-

do de vista a necessária preservação de seu equilíbrio financeiro”. Segundo destacou, os legisladores têm que ter a preocupação de não permitir o retorno à situação verificada antes de 1990, quando os saques múltiplos impediam a capitalização dos recursos do FGTS.

A CAS também examina três projetos que sugerem medidas preventivas na área da saúde.



DENÚNCIA Leonel Pavan citou altos salários de técnicos do Fome Zero

Pavan critica postura do PT diante da oposição

As declarações do presidente do PT, José Genoino, de que o PSDB não tem feito uma oposição programática e respeitosa ao governo foram rebatidas, em Plenário, por Leonel Pavan (PSDB-SC). O parlamentar disse que os petistas deveriam se espelhar na postura do então presidente Fernando Henrique Cardoso, que, segundo o senador, considerava as críticas bem-vindas.

– O presidente Lula resolveu enfrentar também a oposição, como

se tivéssemos que dizer amém a tudo e que tudo corre às mil maravilhas. Ouvi senadores se orgulharem de que o dólar estava a R\$ 2,80, mas agora ninguém fala que o dólar já passou dos R\$ 3, que o risco Brasil subiu.

Pavan afirmou que “estão querendo tapar o sol com a peneira, dizendo que o desemprego diminuiu”. Ele observou que, de acordo com a imprensa, “as empresas estão com dificuldades de se manter e os municípios sofrendo por

atitudes radicais do governo”.

Ao criticar o Fome Zero, Leonel Pavan salientou que, conforme a *Folha de S. Paulo*, estão sendo contratados consultores pelo programa com salários que vão de R\$ 4 mil a R\$ 10 mil. Ele disse que foram gastos nos primeiros meses do governo R\$ 1 milhão em diárias e passagens para técnicos do Fome Zero.

– São R\$ 200 de diárias para os técnicos e R\$ 50 por mês para cada família – afirmou.



REALIZAÇÕES Paulo Octávio exaltou obras e programas sociais do governador do DF

Paulo Octávio homenageia Joaquim Roriz

Em discurso proferido da tribuna, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) parabenizou o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), por seu aniversário, transcorrido ontem. Para o parlamentar, Roriz merece todas as homenagens, “pelo que representa como cidadão, como pai de família, como o homem público que realizou as mais importantes obras dos últimos 20 anos no Distrito Federal e sobretudo pelos projetos de consolidação e desenvolvimento auto-sustentado que pretende implementar na capital da República neste seu atual governo”.

O senador assinalou o carinho que o povo do Distrito Federal tem pelo governador, já no quarto mandato, observando que a missa de ação de graças pelo seu natalício, realizada na igreja Dom Bosco, estava lotada.

Paulo Octávio afirmou que Roriz “nunca foi um governador de gabinete”, gastando a maior parte de seu tempo em visitas a obras ou em eventos junto à comunidade. Tais hábitos, informou o parlamentar, renderam a Roriz o “apelido carinhoso dos auxiliares e amigos de o governador tocador de obras”.

O representante de Brasília assinalou “o pragmatismo e a coragem” de Roriz para enfrentar situações adversas. Mencionou sua “desenvoltura em buscar recursos externos para realizar obras de saneamento básico” e a construção da ponte Juscelino Kubitschek, sobre o lago Paranoá.

O senador pelo Distrito Federal citou também vários programas sociais desenvolvidos pelo governador Joaquim Roriz, como o Fome Zero, já em atuação há cinco anos no Distrito Federal, e o Renda Minha, que incentiva as famílias carentes a manterem as crianças na escola.

Jucá defende mudanças no acordo com FMI para ampliar investimento

■ Senador afirma que Brasil precisa retomar o crescimento para combater a crise do desemprego

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) destacou ontem declarações do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre o propósito governamental de modificar as regras do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), visando ampliar os investimentos no país.

– Apóio a iniciativa do governo e, mais do que isso, levaremos essa discussão para a Comissão de Assuntos Econômicos, exatamente para que o Senado possa apoiar, referendar e contribuir com o governo federal, no sentido de termos



APOIO Romero Jucá destacou declaração de José Dirceu sobre necessidade de revisão

modificação do acordo, possibilitando esse tipo de ajuste, que é fundamental.

Lembrando que chega, este mês, nova missão do FMI, Jucá considerou a oportunidade excelente para novo entendimento.

– Nós estamos vivendo uma crise de desemprego, um momento de dificuldade econômica e é fundamental que o país possa investir, possa crescer.

Jucá recomendou que, na pauta de negociações, seja incluída a idéia de retirar do cálculo do superávit primário os investimentos das estatais, o que, em sua opinião, resultará num bom caminho para injetar recursos significativos na economia brasileira.

Desarmamento

O senador também dirigiu apelo ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, e aos líderes partidários naquela Casa para que submetam a votação o projeto que restringe o uso de armas, aprovado no Senado durante a convocação. Para o parlamentar, a celeridade que foi dada ao assunto no

Senado não está se repetindo na Câmara.

Referindo-se às matérias publicadas sobre o assunto, ele disse que se fala de “lobby das armas, lobby da bala e de setores que estariam pressionando para impedir a votação do projeto de desarmamento”. Jucá pediu que a Câmara cumpra o que foi acertado com o Senado, mesmo que faça modificações no texto.

– Estamos num regime democrático, a maioria vai se pronunciar. Agora, o que não é correto é, num momento como esse, de violência exacerbada, num momento em que o poder público tem que agir, engavetar-se um projeto que foi fruto do entendimento das duas Casas. Fica aqui o apelo e a esperança de que esse projeto possa ser votado rapidamente na Câmara.

Eduardo cobra ação para conter as invasões de propriedade particular

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve impor sua autoridade, “sem autoritarismo”, e mostrar à sociedade “que as leis e a Constituição do país serão respeitadas”, especialmente quanto à propriedade particular, afirmou ontem, em discurso no Plenário, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

– Não quero condenar nenhum movimento social, mas o Brasil precisa de paz para voltar a crescer. Não se deve entender que a vitória do presidente Lula seja um sinal verde para que não tenhamos mais

respeito à propriedade, à Constituição e ao estado de direito – advertiu.

O senador disse que no último fim de semana, no Tocantins, encontrou “brasileiros alarmados” com a situação. A seu ver, uma das imagens de televisão que mais marcaram as pessoas foi a de um integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) arregimentando desempregados da periferia de uma cidade para que fossem acampar às margens de rodovias, de modo a pressionar o governo para conseguir glebas de terra.

– Vemos constantemente notícias de pessoas que desistiram das áreas que ganharam da reforma agrária. Não é fácil conseguir o sustento da terra, especialmente se a pessoa não tiver experiência no meio rural – ponderou.

Eduardo salientou que seu partido, o PSDB, está na oposição ao governo federal, mas o presidente da República pode contar com seu apoio para fazer valer as leis do país e a autoridade presidencial.

– O momento é grave, e só com autoridade se podem harmonizar as várias reivindica-



DISPOSIÇÃO Eduardo afirma que Lula pode contar com a “oposição construtiva”

ções. O presidente pode contar com nossa oposição construtiva – afirmou.

Eduardo Siqueira Campos lembrou que “a invasão de propriedade particular amedronta, desequilibra, afugenta capitais e investidores”.



PROTESTO Serys anunciou realização de um "caminhão" que irá até Santarém, no Pará

Serys cobra o asfaltamento na BR-163

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse ontem que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, precisa tomar uma decisão imediata em relação aos recursos para recuperação das rodovias federais, especialmente as localizadas em Mato Grosso. Ela anunciou que hoje partirá de Nova Mutum (MT) uma caravana de caminhões em direção ao porto de Santarém (PA), onde serão descarregadas várias toneladas de soja, em protesto pelo não asfaltamento de 800 quilômetros da BR-163, dentro do Pará.

Serys explicou que a BR-163 já está asfaltada no trecho no interior de Mato Grosso, embora se encontre em péssimas condições de tráfego e precise de restauração. Mas a parte paraense da rodovia não tem asfalto, impedindo que o escoamento da produção agrícola de Mato Grosso seja encurtado em mil quilômetros.

– O escoamento pelos portos de Paranaguá e de Santos é muito difícil. O custo do frete até Santarém será US\$ 20 mais barato – avaliou.

As chuvas em Mato Grosso começam em no máximo dois meses e, na situação em que se encontram as estradas, será uma calamidade pública, advertiu Serys.

– Não adianta fazer discurso dizendo que está preocupado com a situação do país. É preciso tomar medidas concretas.

Serys destacou a preocupação do governo com a geração de empregos, mas alertou que é preciso "acabar com essa neurose de superávit primário e consertar as estradas, que são importantes para o turismo". Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou que o governo vai anunciar nos próximos dias a unificação e racionalização dos programas de transferência de renda.

Duciomar repudia ação da Vale contra *O Liberal*

O senador Duciomar Costa (PTB-PA) repudiou decisão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) de ingressar na Justiça com uma ação de indenização por danos morais contra o jornal paraense *O Liberal*, sob a alegação de que teria publicado diversas reportagens difamatórias contra a empresa.

Segundo disse o senador, ontem, as matérias tratam de vários temas, como o "discutível" domínio legal da Vale sobre ter-

ras pertencentes ao estado do Pará, *royalties*, ações judiciais movidas contra a empresa, ferrovias e consumo de energia. Mas o que realmente surpreendeu o povo paraense, explicou Duciomar, foi a escolha do Maranhão para a instalação do novo pólo siderúrgico da Vale.

– O forte interesse [pelo assunto] se deve ao fato de estar em questão o orgulho do paraense. Era acendrado na população o desejo de que se confe-

risse justiça ao Pará, com a implantação desse pólo em suas terras, de onde, afinal, se extrai a matéria-prima a ser beneficiada pela Vale – afirmou.

Para Duciomar, o real objetivo da Vale é o cerceamento da liberdade de imprensa, pois o jornal nada mais fez do que traduzir as apreensões do povo do Pará. O que está em jogo, concluiu, não é *O Liberal*, mas a liberdade de imprensa, a livre manifestação de pensamento.



CRÍTICAS Duciomar afirma que reportagens apenas mostraram a insatisfação do povo paraense

Paim apóia programa que estimula família a cuidar de doente mental

■ Senador destaca previsão de atendimento de 14 mil pacientes até 2007

O senador Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo lançamento do programa De Volta para Casa, que beneficiará pacientes de hospitais psiquiátricos sem necessidade de tratamento em regime de internação. Conforme o programa, criado a partir de lei proposta pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG), o governo pagará R\$ 240 mensais para que as famílias acolham esses pacientes.

– Em vez de colocar o portador de doença mental no chamado sanatório ou hospício, ele permanecerá convivendo com sua própria família – destacou o senador.

Somente este ano, o auxílio



Fotos: Roosevelt Pinheiro

VANTAGEM Para Paim, enfermo poderá se recuperar melhor convivendo com os parentes

de um salário mínimo, que começará a ser pago a partir do próximo mês, custará aos cofres públicos R\$ 990 mil, informou Paim.

A previsão é que, até 2007, 14 mil pacientes sejam incorporados como beneficiários do programa De Volta para Casa. O pagamento do benefício será por um período de um ano, mas poderá ser renovo-

vado caso o doente, findo este prazo, ainda não esteja em condições absolutas de retornar às suas atividades normais.

O senador acrescentou que, além do auxílio em dinheiro, o beneficiário será acompanhado por um programa de reintegração assistida, com atividades que vão de ações de reabilitação a lazer monitorado.

Protesto no INSS

Paim também comentou o adiamento para novembro da viagem que Lula faria esta semana ao continente africano. Mesmo reconhecendo que a mudança frustrou algumas expectativas, o senador registrou que a votação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados e os problemas que o país enfrenta com relação à disputa por terras justificam o adiamento.

Em aparte, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) sugeriu ao presidente Lula que, em vez de se apegar ao passado,

comece a mostrar o que seu governo está fazendo e passe a cumprir os compromissos assumidos na campanha. Pavan também se solidarizou com a senadora Heloísa Helena (PT-AL), que durante manifestação realizada na sexta-feira passada, no prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Brasília, envolveu-se em confronto com policiais.

Paulo Paim esclareceu a Pavan que no dia da manifestação, exercendo a presidência do Senado, tentou negociar com a senadora Heloísa Helena e com os funcionários grevistas uma saída para o impasse. Ele propôs, em acordo com o ministro da Casa Civil, José Dirceu, que uma delegação dos manifestantes viesse até seu gabinete, no Senado, para tentar chegar a um acordo com o governo sobre o não desconto nos salários dos dias parados. O senador disse que aguardou pela resposta durante uma hora e meia.

Suplicy destaca novos centros educacionais de SP



PRIORIDADE Suplicy saudou investimentos na qualidade da educação em áreas carentes

A inauguração do primeiro Centro Educacional Unificado (CEU) pela prefeitura de São Paulo, na última semana, recebeu elogios do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A presença do presidente Lula na solenidade indica, na avaliação do senador, a disposição do governo para inverter os investimentos educacionais do país, uma vez que o Centro Educacional está localizado em região carente da capital paulista (Gaiánases),

para o atendimento de 2,4 mil estudantes.

– A prefeitura está invertendo a ordem de quando essas coisas eram reservadas para os bairros onde moravam as pessoas de maior poder aquisitivo – afirmou Suplicy.

Cada CEU – 21 deverão estar prontos até o final do ano – é composto de salas de aula, creche para 300 crianças, duas piscinas semi-olímpicas (25 metros), campo de futebol, qua-

dras poliesportivas, rampa de skate e ginásio esportivo, que pode ser utilizado para apresentação de peças de teatro e exibição de filmes. Suplicy disse que o empreendimento não fica nada a dever aos melhores colégios onde estudam os filhos da elite paulistana.

– Lembra [o CEU] os melhores colégios. Os estudantes terão todas as condições, não só de aprendizado, mas para atividades culturais e esportivas.

Comissão decide hoje se ouvirá Olívio Dutra

Ministro das Cidades falará na CI sobre a política para investimentos em saneamento básico

Em sua reunião de hoje, a partir das 14h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisará requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) que solicita a presença do ministro das Cidades, Olívio Dutra, para que ele preste esclarecimentos sobre as políticas de investimentos em saneamento básico e fornecimento de água.

Na mesma reunião, a comissão decidirá sobre a cobrança, ou não, da taxa mínima de energia elétrica. O projeto (169/2001), de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), profere a cobrança. Para Osmar, a medida incentivaria os usuários a reduzir o consumo de energia. O relator da matéria, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), é favorável ao projeto.

2004 poderá ser declarado o Ano da Mulher

O ano de 2004 poderá ser dedicado à mulher e à região amazônica. Duas propostas nesse sentido serão examinadas hoje, a partir das 11h30, pela Comissão de Educação (CE). A primeira é o Projeto de Lei da Câmara nº 43/2003, que tem parecer favorável do senador Valdir Raupp (PMDB-RO). A segunda (o Projeto de Lei nº 206/2003), de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), tem voto pela aprovação do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Outro projeto na pauta da CE, de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF), torna a indústria da construção civil parceira do poder público no processo de alfabetização de jovens e adultos. A proposta (Projeto nº 174/2003), que tramita na comissão em caráter terminativo, cria o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace) e recebeu pa-

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) apresentou voto em separado propondo que só sejam dispensadas de pagar a taxa mínima as pessoas consideradas pobres de acordo com parâmetro a ser definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A matéria, depois de examinada pela CI, receberá decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A comissão deverá ainda analisar projeto que determina a cobrança pelo preço de chamada local de todas as ligações feitas dentro de um mesmo município ou região metropolitana (PLS nº 168/2002). A matéria é terminativa e, caso aprovada pela CI, só será examinada pelo Plenário se for apresentado recurso.

O texto, que tem parecer favorável do senador João Batista Motta (PPS-ES), determina que não poderá haver cobrança de tarifa interurbana quando dois municípios forem divididos por uma rua ou avenida.



CELEBRAÇÃO Simon propõe que 2004 seja também o Ano da Soberania da Amazônia

recer favorável, com duas emendas, do senador Eurípedes Camargo (PT-DF).

Uma das alterações sugeridas pelo relator estabelece a exigência de que o alfabetizador seja devidamente capacitado para a função. Outra assegura apenas às empresas avaliadas positivamente no Pace preferência na obtenção de recursos de programas executados por instituições federais de crédito e do selo "Empresa Construtora da Cidadania", a ser concedido pelo governo.



PAUTA Senadores da comissão também analisam programação monetária para terceiro trimestre do ano

Indicado para a direção da Adene deve ser sabatinado hoje pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) irá sabatar hoje o economista e consultor José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos, indicado para o cargo de diretor-geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), criada em maio de 2001 e instalada em fevereiro do ano passado.

Essa autarquia, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, substituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), extinta pelo presidente Fernando Henrique

Cardoso, após descoberta de desvios de recursos.

Teixeira de Vasconcelos será ouvido pela CAE em meio à discussão sobre o projeto de recriação da Sudene, compromisso assumido pelo presidente Lula. Aposentado do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), o indicado teve sua trajetória profissional centrada em Pernambuco, como assinala Sérgio Guerra (PSDB-PE) em seu relatório.

Os integrantes da CAE devem examinar também projeto que

trata da programação monetária relativa ao terceiro trimestre deste ano, com parecer favorável de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Consta ainda da pauta proposta do então deputado Jaques Wagner, atual ministro do Trabalho, que torna obrigatória a construção de muro de proteção em pontes e curvas perigosas nas rodovias federais. Serys Slhessarenko (PT-MT) recomenda em seu relatório que seja aprovado requerimento solicitando estimativa de impacto da medida.

Orçamento vota créditos suplementares

Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento (CMO) examinam hoje nove pedidos de abertura de crédito suplementar, no valor total de R\$ 5,3 bilhões.

A maior parcela, de R\$ 3,6 bilhões, refere-se ao orçamento de investimento das estatais. E, desse total, o grupo Petrobras receberá R\$ 2,7 bilhões, ficando o restante dividido entre empresas dos setores elétrico, de transportes, de seguros, de

informática e de correios.

Conforme exposição de motivos encaminhada pelo Executivo, existe necessidade de se ajustar a programação anual das empresas do setor de petróleo em função de a Petrobras ter incorporado a sua subsidiária Petrobras Internacional S.A. Para tanto, o governo solicitou o cancelamento de R\$ 5,9 bilhões do orçamento de investimento das estatais, o que consta do mesmo projeto de lei que

trata da suplementação orçamentária.

Para evitar que haja, na prática, redução líquida nos investimentos das estatais, o governo avisou pela mesma exposição de motivos que submeterá ao Congresso Nacional um outro projeto de lei para a abertura de um crédito especial de R\$ 3,8 bilhões. O resultado, assim, será de um aumento efetivo nos investimentos realizados pelas estatais.

Senadores debatem com a OAB a reforma do Judiciário

A proposta de emenda à Constituição (PEC) nº 29, de 2000, que trata da reforma do Poder Judiciário, será debatida pelos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quinta-feira, às 10h, em reunião extraordinária. A comissão vai realizar audiência pública para examinar a matéria com a participação do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado; do presi-

dente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Marfan Martins Vieira; e do presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Cláudio Baldino Maciel.

A PEC, que tem como relator o senador José Jorge (PFL-PE), altera a organização do Judiciário, a carreira dos magistrados, os critérios de nomeação, vitaliciedade e remuneração dos membros deste Poder.

Pavan lamenta morte de vereador de SC

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou a morte do vereador Wilson Faraco, de Criciúma (SC), que participava do movimento pela duplicação da BR-101 no sul de Santa Catarina. Faraco e sua mulher faleceram em acidente na própria rodovia. Pavan disse que já não sabe o que fazer para sensibilizar o governo pela duplicação da parte sul-catarinense da rodovia, conhecida na região como "estrada da morte".

José Cruz



REDUÇÃO Segundo Antero, menos trabalhadores devem ser beneficiados neste ano

Antero cobra mais verbas para qualificação

Referindo-se à reportagem "Menos dinheiro para qualificação", publicada em 16 de julho pelo jornal *Correio Braziliense*, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) registrou que o governo vai destinar neste ano ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ) aproximadamente um terço do total liberado em 2002. A redução, disse, vai resultar num número menor de trabalhadores qualificados, que teriam melhores condições de encontrar boa colocação profissional.

O senador pediu a transcrição, nos Anais do Senado, do texto, que traz dados sobre o PNQ neste ano, para o qual foram reservados R\$ 52 milhões do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No ano passado, o anterior Plano de Qualificação Profissional (Planfor) teve investimentos de R\$ 150 milhões. A previsão é que 120 mil trabalhadores sejam qualificados neste ano, pouco mais de um quarto do total do ano passado (470 mil).

De acordo com a reportagem, o governo argumenta que a redução do número de trabalhadores atendidos será acompanhada de uma melhoria nos cursos, cuja carga horária vai passar de 60 para 200 horas.

Os cerca de 2,5 mil cursos existentes no Planfor serão reduzidos a 800 no PNQ, revela o jornal. Os desempregados terão prioridade nas inscrições nos cursos, que darão enfoque regional, ou seja, serão voltados para atividades produtivas existentes na região em que estiverem os trabalhadores.

Outra novidade do Plano Nacional de Qualificação, conforme o jornal, é que os estados serão fortalecidos, enquanto que as centrais sindicais vão receber menos recursos. Os municípios, informa o diário, terão acesso à verba pela primeira vez neste ano.

Garibaldi elogia plano do BNDES para transpor águas

Projeto prevê aproveitamento do Tocantins pelo Rio São Francisco. Objetivo é beneficiar o semi-árido

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou satisfação com a notícia publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, intitulada "BNDES quer transpor águas do Tocantins", anunciando a disposição do governo federal em viabilizar a transposição das águas do Rio São Francisco para o Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará e Pernambuco.

Conforme a reportagem, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa, informou que a transposição integra pacote de programas elaborado pela instituição e entregue ao governo para exame. O jornal atribuiu a Lessa a declaração de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva considera como prioridade a transposição do São Francisco para perenizar rios temporários do



Roosevelt Pinheiro

SOLUÇÃO "Não estamos mais clamando no deserto", afirma Garibaldi Alves Filho

semi-árido nordestino.

— Tenho certeza de que nós, homens do Nordeste, não estamos mais clamando no deserto. Agora estamos falando para um governo atento ao problema da seca. Tanto é que o vice-presidente da República, José Alencar, já foi designado para estudar a questão. Antes, a transposição do São Francisco era tratada como prioridade por alguns ministros. Agora é a decisão de um governo — ressaltou Garibaldi.

Durante seus dois mandatos

como governador do Rio Grande do Norte, disse, o estado construiu mil quilômetros de adutoras levando água para diversas regiões. Também construiu barragens e investiu na perfuração de poços e na dessalinização de água. Mesmo com a realização dessas obras, o senador destacou que o estado não pode prescindir da transposição do São Francisco.

Revitalização

Em aparte, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que a transposição é obra imprescindível para o país, mas, lembrou, o rio deve antes ser revitalizado. Ele manifestou confiança de que o presidente Lula realizará a obra sem criar qualquer tipo de conflito entre os estados que cederão as águas e os que serão beneficiados.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) constatou que a transposição será um ato de inteligência do governo. Ele destacou que, por ser uma iniciativa que implica grandes investimentos, o Poder Executivo deverá buscar a colaboração do Legislativo para sua realização.



Roosevelt Pinheiro

LUTA Sibá Machado diz que contendas armadas garantiriam que o Acre integrasse o Brasil

Revolução Acreana faz 100 anos, lembra Sibá

O senador Sibá Machado (PT-AC) destacou ontem os 100 anos da Revolução Acreana. Conforme afirmou, por três vezes o Acre teve de passar por "contendas armadas" para se tornar parte do Brasil. Ele lembrou, primeiramente, da rebelião liderada por Luiz Galvez, em 1889, quando dominou o Exército boliviano e decretou o Estado Independente do Império de Galvez. O império foi desfeito meses depois, quando a Marinha brasileira prendeu Galvez e seus seguidores, e devolveu o Acre à Bolívia.

Em 1902, relatou Sibá, expedição do Exército chefiada pelo major Plácido de Castro usou os seringueiros para ocupar a região. A posse do estado do Acre ficou em litígio judicial até que o Barão do Rio Branco, em novembro de 1903, conseguiu acordo diplomático com a Bolívia, e o Acre se tornou parte do Brasil.

Sibá ressaltou que a produção de borracha no Acre começou a declinar a partir da oferta do produto asiático, mas se fortaleceu com a Segunda Guerra Mundial, quando jovens do Ceará e outros estados foram recrutados "para defender a nação dentro da floresta". Esses soldados, acrescentou, produziram quase 45 mil toneladas de borracha, o que, disse, salvou o Exército aliado.

O senador também enfatizou os 20 anos da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Acre (Fetacre), fundada em 7 de agosto pelo líder sindical João Maia.

Foi lembrada, ainda, a fundação, por Chico Mendes, em 1985, do Conselho Nacional dos Seringueiros. Sibá parabenizou os 20 anos de criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). E homenageou Regina Freitas, atual presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros.

Capiberibe ressalta seminário para o desenvolvimento da Amazônia

Foi relatado ontem pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) o seminário realizado no fim de semana em Rio Branco (AC) sobre conhecimento científico e tecnológico em favor do desenvolvimento sustentável da Amazônia. O parlamentar ressaltou a importância do encontro observando que pior que a cobiça internacional em relação à Amazônia é a negligência com que a região tem sido tratada.

— Essa é uma decisão fundamental para preservação da nossa soberania na região. Eu não tenho receio da internacionalização. Minha preocupação é exatamente construirmos um programa de desenvolvimento sustentável capaz de dar respostas aos que vivem na Amazônia, comprometidos com as teses de Chico Mendes, teses que o levaram a se transformar no mártir da preservação daquele patrimônio ambiental — afirmou.

Capiberibe elogiou o traba-



Roosevelt Pinheiro

APOIO Programa garantirá capacitação de professores da região, segundo Capiberibe

lho do ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, que conduziu o encontro e se comprometeu a garantir a qualificação de docentes universitários para a região. O senador salientou que o ministro ofereceu recursos e docentes para propiciar mestrado e doutorado aos professores da Amazônia. Dessa forma, eles não precisarão deixar o Amapá, Acre, Rondônia e Roraima para melhorar sua qualificação.

— O ministro garantiu que teremos a oportunidade de for-

mar aquilo que é fundamental: os recursos humanos necessários ao uso correto da biodiversidade amazônica — celebrou o senador João Capiberibe. Ele também informou que do seminário resultou a proposta de formação de uma rede de excelência na área de pesquisa em ciência e tecnologia, tarefa que foi dividida pelas quatro universidades federais da região.

Segundo o senador pelo Amapá, foi decidido que a Universidade Federal do Acre se encarregará da tecnologia de produtos florestais não madeireiros. A de Roraima vai se preocupar com o monitoramento ambiental e controle de endemias. A de Rondônia deve se ocupar do estudo das savanas. E a Universidade Federal do Amapá se dedicará à organização sócio-espacial e gestão territorial. O tema, de acordo com João Capiberibe, teve avanço significativo no período em que governou o estado do Amapá.

Conselho discute acesso dos pobres à informação

Representantes das empresas telefônicas analisam possibilidade de parceria com operadoras de TV

A Comissão de TV a Cabo, grupo de trabalho criado pelo Conselho de Comunicação Social para debater a entrada do capital estrangeiro nas empresas de televisão por assinatura e propor soluções para os problemas do setor, ouviu ontem representantes das principais concessionárias de telefonia fixa no país sobre a possibilidade de parceria com as operadoras de TV para que o acesso à

informação, via imagem e som, seja ampliado e favoreça a população mais pobre do país.

Os representantes das empresas telefônicas deixaram claro que a parceria é saudável, mas questionaram a viabilidade comercial do empreendimento, já que a integração das redes é de alto custo. Mas todos foram unânimes em dizer que existem, do ponto de vista técnico, condições reais para a integração.

Para Luiz Otávio Marcondes, diretor-adjunto de Planejamento Estratégico da Brasil Telecom, a implantação do sistema iria gerar maior distribuição de serviços, incluindo o acesso à Internet pela popula-

ção de baixa renda e cursos de ensino a distância.

Diretor da Sercomtel, Hans Juren Muller questionou a viabilidade econômica da integração das redes. Jorge Jardim Filho, da Brasil Telecom, descartou a possibilidade imediata de parceria. O diretor jurídico da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (Abta), José Francisco de Araújo Lima, defendeu a parceria.

A coordenadora dos trabalhos da Comissão de TV a Cabo, Berenice Isabel Mendes Bezerra, disse que o grande desafio das empresas é criar condições para que milhões de brasileiros sejam também incluídos no processo da informação.



DESAFIO No Conselho de Comunicação Social, especialistas analisam forma de integração

Reforma da universidade em debate

O Congresso promoverá amanhã e na quinta-feira, no Auditório Petrólio Portella, o seminário "Universidade: Por que e como reformar?". Estarão presentes os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, além dos ministros da Educação, Cristovam Buarque, da Casa Civil, José Dirceu, e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral. A promoção é das Comissões de Educação do Senado e da Câmara e do Ministério da Educação.

A abertura do seminário será amanhã, às 8h45, com a participação de ministros, parlamentares e autoridades. Às 10h,

haverá conferência de Cristovam Buarque, intitulada "A universidade na encruzilhada".

Às 15h, será realizada uma mesa-redonda para debater o tema "Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social", com a participação dos professores Marilena Chauí, da Universidade de São Paulo (USP); Cândido Mendes, da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro; Eduardo Portella, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e Carlos Vogt, da Universidade de Campinas (Unicamp). O moderador será José Geraldo de Souza Júnior, da Universidade de Brasília

(UnB) e do Ministério da Educação, e os debatedores são representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

À noite, às 19h, o tema debatido será "Universidade e Desenvolvimento: globalização excludente e projeto nacional", com Carlos Lessa, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); José Arthur Giannotti, da USP; Roberto Smith, do Banco do Nordeste; e Luiz Pinguelli Rosa, da Eletrobrás. O moderador será o senador Osmar Dias (PDT-PR).



SATURACÃO O presidente da Infraero, Carlos Wilson (D), afirma que aeroportos centrais recebem público maior que o projetado

Rádios piratas podem gerar acidentes aéreos

O Conselho de Comunicação Social debateu ontem as interferências dos sinais de radio-freqüência nos sistemas de comunicação utilizados no tráfego aéreo. O tenente-brigadeiro Flávio de Oliveira Lencastre, diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Ministério da Aeronáutica, explicou que as interferências dos sinais das emissoras de rádio piratas representam grande risco de acidentes aéreos.

De acordo com o militar, as rádios transmitem sinais em freqüências utilizadas para a navegação aérea sem o menor cuidado. Além disso, elas comumente operam com potência excessiva, com equipamentos não homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e com antenas posicionadas em altura não

permitida. Para Lencastre, essas características tornam essas estações de rádio ainda mais perigosas para a radionavegação das aeronaves.

Na tentativa de sanar os problemas com as rádios clandestinas, o tenente-brigadeiro explicou que a Aeronáutica mantém uma equipe que estuda as interferências e busca localizar os transmissores, para então pedir às autoridades o fechamento da emissora pirata.

Os integrantes do Conselho de Comunicação receberam também o presidente da Infraero, Carlos Wilson, que fez exposição sobre a situação atual dos aeroportos brasileiros. Ele explicou que os aeroportos centrais estão saturados, por receberem anualmente um público maior do que o projetado para suportarem.



SEMINÁRIO Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, acompanham discussões no Congresso

Na quinta-feira, os temas debatidos serão "Universidade e Valores Republicanos: conhecimento para a emancipação, igualdade de condições e inclusão social" e "Universidade XXI, resgate do futuro, estrutura e

ordenação do sistema: a tensão entre o público e o privado".

Os endereços para inscrição são: www.cmec.gov.br ou www.camara.gov.br. Informações, pelos telefones: (XX61) 410-9243 e 410-9194.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Eduardo Siqueira Campos, Eurípedes Camargo e Garibaldi Alves Filho